

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL**

LÍVIA MARTINS FERRAZ

**O MUSEU COMO AGENTE DE SENSIBILIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO SÓCIO-CULTURAL LOCAL: AÇÕES
DESENVOLVIDAS PELO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE
ITAIPU/MUSEU SÓCIO AMBIENTAL DE ITAIPU**

**Niterói
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL**

LÍVIA MARTINS FERRAZ

**O MUSEU COMO AGENTE DE SENSIBILIZAÇÃO E
REPRESENTAÇÃO SÓCIO-CULTURAL LOCAL: AÇÕES
DESENVOLVIDAS PELO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE
ITAIPU/MUSEU SÓCIO AMBIENTAL DE ITAIPU**

Monografia apresentada ao
Curso de Produção Cultural da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador:
Prof. MÁRIO PRAGMÁCIO

**Niterói
2013**

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pai e irmãs, por sempre.

Ao Tchoubinho, por fazer acreditar em minha potência super-herói.

Ao Lucas, pela capacidade de me tirar sorrisos.

Júlio e Flora, pela companhia.

Ao amigos Kyoma, Paulo Victor, Julia, Guilherme Aglio, Gisele, Helena, Natália, Mariana Darsie, Mariana Nery, Negra e Ioná, pelos momentos deliciosamente inesquecíveis durante este percurso.

Aos queridos professores da graduação.

À equipe do MAI/MUSAI, em especial à Maria, Vera, Pedro, Daniel e Luiza, pela parceria.

Aos amigos da vida, Thiago, Nathália e Paolla.

RESUMO

Trata-se de uma análise acerca do potencial do Museu de Arqueologia de Itaipu/ Museu Sócio Ambiental de Itaipu de sensibilização e representação sócio-cultural local, através de ações voltadas à legitimação das comunidades tradicionais da região. Torna-se possível estruturar as novas perspectivas do MAI/MUSAI dentro dos pilares da Nova Museologia, a partir do desenvolvimento teórico dos conceitos museológicos e da consolidação da conjuntura atual. A formação e consolidação da relação museu-comunidade, bem como as condições históricas que a influenciam diretamente, são apresentadas em fontes documentais e relatos de representantes, tanto do Museu, quanto das comunidades.

Palavras-chave: Museu de Arqueologia de Itaipu/Museu Sócio Ambiental de Itaipu, Comunidade Tradicional, Apropriação

ABSTRACT

This is an analysis of the potential of the Itaipu's Archeologist Museum / Itaipu's Social Ambient Museum to sensitize and represent the local culture through actions directed to the legitimization of the traditional local communities. Through the theoretical development of the museological concepts and the formation of the actual conjuncture of museums, it is possible to structure new perspectives of MAI/MUSAI into the basis of the New Museology. The consolidation of the relation between museum and community, as well as the historical conditions that directly influence it are presented in documental sources and speeches of the museum and the community.

Key-words: Itaipu's Archeologist Museum / Itaipu's Social Ambient Museum, Tradicional Community, Appropriation

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 2 |
| I - DO OBJETO AO SUJEITO..... | 5 |
| A formação e o pensar da museologia contemporânea..... | 5 |
| II – O MUSEU COMO AGENTE DE SENSIBILIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SÓCIO- CULTURAL LOCAL: AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU/MUSEU SÓCIOAMBIENTAL DE ITAIPU..... | 12 |
| De Recolhimento à Museu – percursos do tempo e de ocupação..... | 14 |
| Museu e entorno - definindo os sujeitos..... | 16 |
| III – NOVAS PERSPECTIVAS - DE MUSEU ARQUEOLÓGICO À SOCIOAMBIENTAL..... | 22 |
| Ações estratégicas - reconhecimento, representação e valorização..... | 26 |
| Conclusão..... | 36 |
| Referências..... | 37 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como interesse analisar a reconfiguração das ações do Museu de Arqueologia de Itaipu/Museu Sócioambiental de Itaipu – MAI/MUSAI, frente ao despertar para a realidade circundante e para a sua própria função institucional. O interesse em desenvolver sobre estas questões é decorrente de um envolvimento íntimo com os sujeitos aqui relacionados – moradora de Itaipu há quase 20 anos, convivo cotidianamente com a cultura local, assistindo de perto o confronto e opressão de suas raízes em meio ao desenvolvimento desenfreado da região. Apesar de já ter visitado em tempos de escola, desde 2008, quando estagiária do Museu, atentei à sua potencialidade, participando ativamente dos esforços que o Museu começara a realizar, em prol do estreitamento de suas relações com as comunidades locais. Ao longo de dois anos, que coincidiram com a época chave de várias mudanças institucionais, atuei em diversos segmentos do MAI/MUSAI, o que rendeu vasta experiência, além de laços afetuosos.

Para a abordagem proposta, preliminarmente, há um esboço histórico acerca da transformação do conceito de museu e, conseqüentemente, da museologia. Encontrar-se-á aqui um estreitamento entre a proposta apresentada pela Nova Museologia e as direções apontadas recentemente pelo MAI/MUSAI, no desabrochar de seu caráter social. Os pilares teóricos eleitos para configurar os avanços conceituais acerca do papel e ações dos museus junto à sociedade e o pensar museológico contemporâneo foram importantes documentos: *Seminário Regional da UNESCO sobre A Função Educativa nos Museus*, que aconteceu em 1958, no Rio de Janeiro; *Declaração de Santiago do Chile*, de 1972; *I Atelier Internacional da Nova Museologia* na cidade de Quebec, Canadá, em 1984; *Reunião de Oaxtepec* ocorrida no México, também em 1984; *Reunião de Caracas*, na Venezuela, em 1992. A partir destes documentos, são pontuadas, em linhas gerais, mudanças substanciais no pensamento relativo à função das instituições museológicas, como as noções de museu integral, que considera a totalidade dos problemas da sociedade, e museu enquanto ação, que o define como instrumento dinâmico de mudança social.

O passo seguinte desta análise é dedicado à apresentação do MAI/MUSAI quanto instituição museológica, norteando aspectos estruturais de seu contexto geográfico, acervo e missão institucional. O histórico de ocupação do espaço em que hoje está instalado o MAI/MUSAI – ruínas do Recolhimento de Santa Teresa – é contextualizado, devido à importância deste processo na formação da memória social das comunidades locais, bem como na relação destas com o espaço do Museu. O local assume diferentes usos ao longo do tempo, passando de abrigo para mulheres socialmente alijadas nos séculos XVIII e XIX a abrigo para menores; posteriormente, moradia e local de desenvolvimento de atividades relacionadas à pesca por parte da comunidade tradicional, pescadores e familiares, já no século XX e por fim, o tombamento das ruínas e instituição do Museu.

As questões históricas que envolvem os distintos grupos e interesses locais são, também, fundamentais para dimensionar a relevância do MAI/MUSAI em seu contexto. Os grupos tradicionais diretamente envolvidos com o Museu e foco de análise neste trabalho são a Comunidade de Pescadores da Praia de Itaipu, a Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas e, mais recentemente, a Aldeia Guarani Tekoá Mboy'ty.

Para a compreensão da relação e relevância dos grupos tradicionais para com o MAI/MUSAI faz-se necessário apresentar pontos sobre a trajetória destes ao longo da história. Através da formação sócio cultural dos grupos acima citados são reconhecidas as práticas tradicionais desenvolvidas na região, cuja identidade se estabelece inicialmente pela organização política da pesca e as relações de parentesco e de patronagem, como afirma Roberto Kant de Lima (LIMA e PEREIRA 1997).

Após toda a contextualização descrita acima, o foco do trabalho é definido a partir da análise crítica e apresentação dos pontos de mudanças nas ações do MAI/MUSAI, que refletem suas novas perspectivas, influenciadas diretamente pelos paradigmas da Nova Museologia. Para tanto, é estabelecido um comparativo entre as ações e intenções do MAI/MUSAI descritas nos Planos Museológicos de 2007-2010 e 2011-2014. Os pontos de destaque são dados às ações que influenciam direta ou indiretamente no estreitamento da relação museu-comunidade.

Além dos Planos Museológicos e análise bibliográfica, foram utilizados materiais do acervo documental do MAI/MUSAI, como relatórios de atividades, dados estatísticos e testemunhos de representantes das comunidades tradicionais. Estes testemunhos históricos, assim como os demais relatos acerca da proposta do MAI/MUSAI em configurar-se como instrumento de mudança social e sensibilização cultural, se conformam como base fundamental deste trabalho, devido à importância deste material como fonte ímpar para a pesquisa histórica, bem como para estabelecimento de perspectivas futuras.

I – DO OBJETO AO SUJEITO

A formação e o pensar da museologia contemporânea

O museu assume diferentes características e tipologias, referentes aos objetos e sujeitos a que se relacionam, ao longo do tempo. A história dos museus – palavra do grego *mouseion*, remonta ao templo das musas, filhas de Zeus com Mnemósine, consideradas na mitologia as “filhas da memória” – tem início na antiga Grécia, onde ocupavam a função de centros religiosos, espirituais e criativos, com um número reduzido de participantes e totalmente distantes do cotidiano.

As musas, na mitologia grega, eram as filhas que Zeus gerara com Mnemosine, a divindade da memória. As musas, donas de memória absoluta, imaginação, criatividade e presciência, com suas danças, músicas e narrativas, ajudavam os homens a esquecer a ansiedade e a tristeza. (SUANO, 1986, p. 10)

Durante uma parte significativa de sua trajetória, a Museologia, que investiga a instituição Museu, esteve atrelada ao estudo de coleções. O colecionismo torna-se moda na Europa por volta dos séculos XIV e XV, quando se formam novos grupos sociais com conhecimentos e capacidades específicos (humanistas, antiquários, artistas e cientistas), junto ao grande volume de objetos oriundos das grandes navegações. Focadas nos objetos, as coleções formavam-se nos gabinetes de curiosidades¹ e bibliotecas de príncipes e estudiosos, dando origem à atividade que mais remete à função dos museus até os dias de hoje no imaginário comum, ou seja, a função de conservar e expor objetos. Segundo Suano (1986, p.21), de maneira geral, são as grandes coleções principescas e reais do Renascimento que vão dar origem à instituição museu que conhecemos hoje.

Os museus modernos são criados no século XVII, a partir de doações de coleções particulares, mas somente no final do século XVIII foi aberto, de fato, o acesso do público às coleções, apontando o surgimento dos grandes museus nacionais (SUANO, 1986, p. 27). Os museus assumem, a partir de então, um caráter

¹ Os gabinetes de curiosidades eram agrupamentos de objetos sem relação entre si, classificação ou ordenação, que praticamente não transmitiam nenhuma informação.

público e permanente. Um marco na democratização de acesso aos tesouros culturais, até então restritos, é a criação do Museu do Louvre, na França, em 1793, com coleções acessíveis, cuja finalidade era recreativa e cultural.

No século XIX, criam-se vários importantes museus em todo o mundo, a partir de coleções particulares que se tornam públicas – é o apogeu dessas instituições. O museu agrega novas atividades e apresenta novos paradigmas, passando do simples colecionismo ou acúmulo à conservação, registro e classificação dos objetos.

No século XX, inovadoras tendências de pensamento trouxeram para o contexto museológico novos antagonismos que contribuíram para o desenvolvimento de uma corrente em prol de novas reflexões sobre a museologia. Entre as décadas de 50 e 70 do século passado, um cenário de diferentes acontecimentos como revoluções, golpes, implantação e reforço de ditaduras militares em vários países da América Latina e, em contrapartida, movimentos por direitos civis, pela liberdade das mulheres, organizações sindicais, busca por identidades nacionais e locais, tornou necessária a reformulação do pensamento político social de forma genérica, incluindo as políticas museológicas.

Após períodos de estagnação nas ações museológicas, o Movimento da Nova Museologia inicia-se como reflexo das mudanças na sociedade, de forma geral, trazendo um sistema de valores baseado no papel social do museu e desencadeando novos processos de musealização. O conceito de museu como instituição criada para guardar e sacralizar coleções ampliou seu poder de abrangência, não sendo mais considerado apenas como mero depósito, mas também como agente cultural, produzindo conhecimento, preservando bens e manifestações culturais.

O templo das filhas de Mnemósine mudou em decorrência das exigências sociais, políticas e econômicas de cada época. O que na origem era um local para os estudos das artes, da ciência e da filosofia transformou-se, conforme as exigências sociais e econômicas de cada época, num privilegiado e elitista gabinete de curiosidades, para transmutar-se, convenientemente, num parque temático freqüentado por milhões de pessoas. (BURGOS, 2005, p.2)

Alguns documentos são referência para os princípios que regem as práticas museológicas na concretização de seu pensamento atual. Destacaremos alguns

destes importantes documentos, que foram resultado da reflexão conjunta de especialistas de diferentes áreas, interessados na evolução das instituições museológicas através de avanços conceituais acerca do papel e ações dos museus junto à sociedade: *Seminário Regional da UNESCO sobre A Função Educativa nos Museus*, que aconteceu em 1958, no Rio de Janeiro; *Declaração de Santiago do Chile*, de 1972; *I Atelier Internacional da Nova Museologia* na cidade de Quebec, Canadá, em 1984; *Reunião de Oaxtepec* ocorrida no México, também em 1984; *Reunião de Caracas*, na Venezuela, em 1992. Importante salientar que a América Latina, cenário da maior parte das reuniões que desenvolveram tais documentos, abriu as portas do pensamento humano nessa área do conhecimento.

Os novos pleitos museológicos começam a ser desenvolvidos no período pós segunda guerra mundial, quando a noção do patrimônio cultural de forma geral reflete seus resultados, ou seja, do fato que parte considerável do patrimônio arquitetônico e monumental estava destruída. Neste contexto, precisamente no ano 1947, é criado, vinculado à UNESCO, o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) - organização internacional, não governamental e sem fins lucrativos, de museus e profissionais de museus, cuja preocupação é estabelecer medidas de proteção, salvaguarda e difusão do patrimônio cultural mundial. Há, agora, um Conselho que promove e permite discutir temas pertinentes à museologia e tudo aquilo que a envolve.

Em proposta do ICOM, vários profissionais se reúnem para discutir a função educativa dos Museus, no *Seminário Regional da UNESCO sobre A Função Educativa nos Museus*, que aconteceu em 1958, no Rio de Janeiro. A educação nos museus é encarada, aqui, como uma extensão da escola e não como uma agente de transformação social. Os recursos que o museu utiliza para se comunicar com o público e as exposições são preocupações densas do documento decorrente deste encontro. Hoje, as questões abordadas estão ultrapassadas, o que não diminui o caráter inovador à época e um grande passo para o rompimento dos limites da museologia tradicional.

O museu pode trazer muitos benefícios à educação. Esta importância não deixa de crescer. Trata-se de dar à função educativa toda a importância que merece, sem diminuir o nível da instituição, nem colocar em perigo o cumprimento das outras finalidades não menos essenciais: conservação física, investigação científica, etc. (SEMINÁRIO REGIONAL DA

A Declaração de Santiago do Chile, de 1972, sobre O Papel do Museu na América Latina foi considerada, segundo Desvallées, um dos momentos fundadores da Nova Museologia (DESVALLÉES, 1992). A Declaração de Santiago discutiu temas tão relevantes e essenciais que são acionados ainda hoje em museus de todo o mundo, sendo reconhecida como a mais importante contribuição da América Latina para o pensamento museológico internacional.

Dentre as decisões gerais da Mesa de Santiago, podemos destacar a interdisciplinaridade, recuperação e uso social do patrimônio, acessibilidade às coleções, modernização da museografia, implantação de avaliações institucionais, aperfeiçoamento da formação profissional e conscientização da sociedade sobre suas problemáticas. A educação foi apontada como alicerce para a consciência social crescente desejada pelos estudiosos envolvidos, sob práticas de uma museologia popular e comunitária. O conceito de museu integral também entrou nas discussões, levando em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; bem como a noção de museu ação, considerando que o museu é um instrumento dinâmico de mudança social.

... o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais." (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE, 1972)

Todas as questões apresentadas pela Declaração de Santiago refletem as questões relacionadas com o exercício da cidadania que faziam parte do contexto da América Latina de forma geral, como comentado anteriormente – a luta pelo sistema democrático e melhoria das condições econômicas e sociais. No Brasil, porém, segundo Teresa Sheiner (2002, p. 106.), os anos de 64 a 80 foram pródigos em instalação de museus. Foi a grande fase dos memoriais, do culto ao herói. Buscava-se, através das atividades de preservação, autenticar a nação, enquanto uma realidade nacional. Nesse contexto era natural que o documento de Santiago e

as iniciativas do Movimento da Nova Museologia permanecessem desconhecidos ou nas gavetas dos gabinetes. (SHEINER, 1999, p. 14)

A estagnação brasileira frente aos avanços conceituais no campo da museologia no período acima citado por Sheiner pode ser justificada, primeiramente, pelo esforço do Estado Novo² em sistematizar a cultura e torna-la símbolo do nacionalismo, para melhor controlá-la. O governo de Getúlio Vargas cria, iniciando as políticas públicas culturais, leis e instituições como o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, originalmente intitulado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Um avanço no setor cultural é estabelecido já na década de 80, na Nova República, com a criação do Ministério da Cultura.

Retomando as colocações da Declaração de Santiago, apesar de apontarem questões de avanço em vários segmentos, postula a instituição museu como unidade impositiva, colocando-o como agente ativo e decisivo nos processos propostos. Segundo análise de Horta,

a função do Museu no documento de Santiago, ainda postula a `intervenção` no meio social e no seu território, cabendo-lhe ainda um papel de `mestre`, conscientizando o `público` sobre a necessidade da `preservação` do patrimônio cultural e natural.” Ele completa que “ainda temos um museu cheio de certezas, definidor de um discurso, por mais revolucionário, ainda monológico. (HORTA, 1995, p. 34)

Hugues de Varine (1995 *apud* COGAN, 2012, p. 28), que foi diretor do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e despontou como um dos principais teóricos da Nova Museologia e participante da Mesa de Santiago, observa que hoje, quando se relê os textos de Santiago, percebe-se que eles, evidentemente, envelheceram, tanto na forma quanto no conteúdo, mas é sempre possível reencontrar seu sentido verdadeiramente inovador.

Dando sequencia ao Movimento da Nova Museologia, a Declaração de Quebec e o Documento de Oaxtepec, ambos de 1984, reafirmam vários apontamentos estabelecidos na Declaração de Santiago do Chile. Instaura-se o MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia, a partir da necessidade de ampliar a prática museológica e integrar as populações nessas

² Regime político fundado por Getúlio Vargas, vigente entre 10 de novembro de 1937, que durou até 29 de outubro de 1945, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

ações. A afirmação do caráter social do museu em oposição ao colecionismo e à ideia de exposição como espaço de formação permanente e não de contemplação, definem, neste contexto, a existência de duas museologias: a Museologia Tradicional e a Nova Museologia, cujas diferenças fundamentam-se nas seguintes características (PRIMO, 1999, p. 23):

| MUSEOLOGIA TRADICIONAL | NOVA MUSEOLOGIA |
|------------------------|--|
| Edifícios | Território |
| Colecções | Património |
| Público Determinado | Comunidade Participativa |
| Função Educadora | Museu entendido como um ato pedagógico para o ecodesenvolvimento |

Opondo-se à ideia das duas vertentes museológicas, Primo defende que o que ocorreu com a “ciência” museológica, assim como em todas as outras ciências sociais foi um despertar para o que estava acontecendo no mundo contemporâneo, através de uma percepção mais aguçada das transformações ocorridas na sociedade e uma busca em se atualizar e agir mais contemporaneamente e, não o surgimento de uma outra museologia. (PRIMO, 1999, pg 23)

A Declaração de Caracas, 1992, reafirma a prioridade da função sócio-educativa do museu, o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico e a afirmação do museu como canal de comunicação (DESVALLÉES, 1992, p. 15-16). Dentre as referências feitas aos conceitos apresentados na Declaração de Santiago, apresenta-se a evolução de museu integral - definido em Santiago para abarcar a totalidade dos problemas da sociedade à ideia de museu - para museu integrado (à comunidade). Porém, o museu não se apresenta mais como “mestre”. A comunidade é colocada como ativa e participante da gestão de seus bens, de acordo com os próprios interesses.

Com relação a essa importante evolução em comparação à Declaração de Santiago, Lima esclarece que se esta é a tomada de consciência de que os museus poderão contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da sociedade e para a melhoria da sua qualidade de vida, a declaração de Caracas é já uma posição de consolidação da museologia no seio da sociedade. (LIMA, P. 1993, p. 91-92).

Que o museu busque a participação plena de sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com seu patrimônio e, como elos de integração social, tendo em conta em seus discursos e linguagens expositivas os diferentes códigos culturais, permitindo seu reconhecimento e sua valorização. (DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1992)

As novas abordagens em torno do papel dos museus e sua relação com a realidade circundante propõe que os processos museais ultrapassem as edificações e objetos e atentem às suas verdadeiras necessidades culturais. Vários fatores contribuíram para a transformação do conceito de museu e, conseqüentemente, da museologia, legitimados, hoje, sob um fazer museológico mais participativo, cujas responsabilidades passam pelo caráter social, cultural e político. De fato, os museus são importantes instrumentos para o exercício da cidadania e desenvolvimento social.

Remetemos às palavras de Hugues de Varine para ressaltar a contínua evolução dos museus e museologia, considerando suas particularidades e contextos:

Deixemos evoluir o termo, cujos avatares sucessivos, de toda maneira, têm pouco a ver com o Museion de Alexandria e admitamos que ele possa ter formas diferentes, em função de objetivos igualmente diferentes. Porém, prossigamos o debate entre pessoas de boa vontade e continuemos a observar o que se passa nas comunidades e a tirar disso os ensinamentos. (VARINE, 2005)

II – O MUSEU COMO AGENTE DE SENSIBILIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SÓCIO-CULTURAL LOCAL: AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU/MUSEU SÓCIOAMBIENTAL DE ITAIPU

À beira da praia, em uma região de sítios arqueológicos, laguna, montanhas, mata e em meio a importantes grupos tradicionais locais, está instalado o inicialmente chamado Museu de Arqueologia de Itaipu - MAI, no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro. O Museu, que está em processo de mudança de nome, ocupa as ruínas tombadas³ do antigo Recolhimento de Santa Teresa, remetendo sua história ao início do século XVIII - época de criação deste conjunto arquitetônico, que compõe uma capela e alguns cômodos e pátios.

Inicialmente vinculado ao Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão do ministério da Cultura (MinC), o MAI foi inaugurado em 22 de março de 1977. Atualmente, é uma unidade gerida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desde a criação do órgão em 2009.

Em definição presente no Plano Museológico do MAI, o Museu tem como missão institucional promover a valorização da memória das ocupações humanas pré-cabralinas e posteriores de Niterói através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo, visando o acesso irrestrito aos patrimônios cultural e ambiental. A missão institucional foi definida no projeto de criação do Museu e permanece a mesma.

O MAI possui acervos de natureza arquivística, bibliográfica e museológica, sendo este último o mais importante da instituição. O acervo arquivístico possui caráter histórico-institucional e abrange documentação referente às atividades do Museu desde sua fundação em 1977 e é o mais procurado, segundo documentos do Museu a “riqueza do histórico de criação do Museu e do prédio em que se encontra alojado e que, conseqüentemente, atrai pesquisadores”. O acervo bibliográfico é mais utilizado pelos funcionários do MAI para consultas e pesquisas.

³ Tombamento em instância federal pelo IPHAN, inscrito no Livro de Tombo de Belas Artes em 8 de janeiro de 1955.

O acervo museológico do MAI é composto por uma vertente arqueológica, além de objetos relativos à cultura pesqueira mais recente - Coleção Hildo de Mello Ribeiro, seis blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas, material referente à época do Recolhimento de mulheres, uma canoa do século XIX e artefatos arqueológicos encontrados nas redondezas do Museu e para ele encaminhados por pessoas da região ou usuários da praia. Recentemente, mais precisamente a partir de 2007, o Museu incorporou ao acervo novas peças que remetem à memória das comunidades circundantes - colônia de pescadores, comunidade tradicional do Morro das Andorinhas e aldeia indígena Tekoa Mboy-ty.

A coleção Hildo de Mello Ribeiro é composta por mais de 980 objetos testemunhos de povos que habitaram a região antes do ano 1500, como machados de pedra, pontas de ossos, ossada humana, lascas de quartzo, polidores, peças cerâmicas, conchas etc. A cientificidade da coleção não é, porém, reconhecida, devido à forma amadora como foi coletada, impedindo a datação dos objetos.

A Coleção Hildo constitui o núcleo inicial do acervo institucional, esta coleção formou-se durante as décadas de 1960 e 70 através de coletas no sítio arqueológico Duna Grande realizadas pelo arqueólogo amador Hildo de Mello Ribeiro, também agente federal de fiscalização da pesca e morador de Itaipu. (PLANO MUSEOLÓGICO MAI/MUSAI, 2011-2014, p. 10)

A canoa de jequitibá do século XIX, que também compõe o acervo do MAI, foi doada ao Museu pela colônia de pescadores em 1979. O artefato, que é o primeiro referente à tradicional comunidade pesqueira a integrar o acervo do Museu, pertencia ao pescador da região “Seu Vavá” e era utilizado como cocho⁴ para tingimento de redes de pesca. Essa atividade era praticada, inclusive, dentro das muralhas do antigo recolhimento de mulheres, na época da ocupação dos pescadores.

Os seis blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas pertencentes ao Museu são frutos da Pesquisa de Salvamento em Itaipu, ocorrida em 1979, quando foram iniciadas obras de urbanização na região. Para preservar o valioso patrimônio, cuja datação aproxima-se de 7 mil anos aC, a Prof^a. Dr^a. Lina Kneip do Museu Nacional coordenou a reconstituição do quadro arqueológico e ecológico do litoral de

⁴ Vasilha feita geralmente de um tronco de árvore cavado.

Itaipu para estudar a adaptação de culturas caçadoras, pescadoras e coletoras litorâneas e a evolução do meio natural.

Os únicos vestígios do cotidiano das recolhidas que habitaram o Recolhimento de Santa Teresa, entre os séculos XVIII e XIX, são fragmentos de objetos encontrados durante a segunda obra de consolidação das ruínas, em 1991. O valor histórico do espaço ocupado pelo MAI o caracteriza como sítio arqueológico, ainda inexplorado. A temática das recolhidas não foi absorvida pelo Museu, apesar de envolver física e historicamente com a mesma. A falta de documentação acerca do funcionamento e finalidades da instituição é um dos pontos apontados pelo MAI e que estão sendo trabalhados.

As pesquisas institucionais voltam-se ao estudo da história do Recolhimento de Santa Teresa, dado que há pouca documentação relativa ao funcionamento da antiga instituição, assim como de sua dinâmica quanto à entrada e saída de mulheres do mesmo. Em suma, esta pesquisa visa à reconstrução da memória do Recolhimento e das apropriações do monumento após sua decadência no século XIX. (PLANO MUSEOLÓGICO MI/MUSAI, 2007, p.32-33)

De Recolhimento à Museu – percursos do tempo e de ocupação

Fundado em 1764 pelos padres Manuel Francisco da Costa e Manuel da Rocha, segundo pesquisas históricas realizadas pela Marinha no período do processo do tombamento de suas ruínas, o Recolhimento de Santa Teresa abrigava mulheres que pretendiam seguir a vida religiosa, órfãs, mulheres socialmente alijadas – prostitutas, mães solteiras, infiéis e viúvas - além das reclusas por precaução, para conservar a moral e os bons costumes típicos da sociedade patriarcal do período colonial, quando pais e maridos saíam em viagem.

Em monografia apresentada como critério de conclusão de curso em licenciatura de História à UERJ por Juliene Tardeli, observa-se que apesar de se valorizar o povoamento da Colônia neste período, o sentido de uma instituição religiosa como esta não era formar religiosas, apesar de também fazê-lo, mas se encontrava na necessidade de se isolar determinadas mulheres cujos comportamentos exigiam, segundo as moralidades encontradas no período colonial brasileiro, o afastamento do meio social.

Segundo documentação acerca do prédio e de seu funcionamento através das Cartas de Visitas Pastorais de 1811/12, há relatos de que no início do século XIX, o Recolhimento de Santa Teresa e suas recolhidas se encontravam em estado de pobreza. O Plano Museológico do Museu aponta que, em 1833, o prédio estava vazio e o vigário João de Moraes e Silva instituiu o local como asilo para menores.

Sem registros sobre as ocupações no Recolhimento de Santa Tereza após o contexto temporal apontado acima, pulamos para o século XX, marcado por ocupações, disputas de posse, tombamento das ruínas e criação do Museu.

A trajetória do MAI/MUSAI, envolta também no espaço das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, esbarra histórica e socialmente com ocupação de seu entorno. No início do século XX, pescadores locais ocuparam o prédio abandonado do antigo Recolhimento e passaram a utiliza-lo como moradia e como espaço para tingimento de redes de pesca. Na mesma época, ao redor do prédio, iniciou-se um processo de aglomeração de residências de pescadores e, concomitantemente a estas ocupações, foi fundada a Colônia de pescadores Z-7 - em 08 de dezembro de 1920 e, posteriormente, inscrita em Cartório 29 de abril de 1975.

A relevância histórica e arquitetônica dos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa foi reconhecida e suas ruínas tombadas em instância federal pelo IPHAN, tendo sido o bem inscrito no Livro de Tombo de Belas Artes em 8 de janeiro de 1955. O pedido⁵ de tombamento foi iniciado em 16/07/1946, pelo então Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, Alcides da Rocha Miranda, evidenciando a importância do Recolhimento de Santa Teresa por seu caráter histórico. Miranda aponta para a alvenaria de pedra, as dimensões do recolhimento e a data de sua fundação (1764) e afirma a urgência da inscrição nos Livros do Tombo, devido a utilização do local para fins comerciais, na data referida.

Segundo registrado por Kant de Lima (LIMA e PEREIRA, 1997, p. 51), a área tombada equivale às ruínas do antigo recolhimento, à duna Grande, até a vertente do Morro das Andorinhas e a Igreja de São Sebastião de Itaipu.

De acordo com pesquisas realizadas nos documentos do Acervo Técnico do Museu de Arqueologia de Itaipu, organizados e conscientes, os pescadores locais

⁵ PROCESSO nº 365-t-46 IPHAN/DET – Seção de História

demonstraram preocupação com a conservação do monumento durante o processo de tombamento e solicitaram ao Governo do Estado e à então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a retirada da casa de motor da Companhia Territorial Itaipu, proprietária do terreno. A intenção dos pescadores era utilizar o espaço para a instalação da sede da Colônia Z-7.

Em contrapartida, a Cia. Territorial Itaipu se dirige à DPHAN acusando a Colônia Z-7 de ocupar indevidamente os remanescentes do Recolhimento, se propondo a restaurar o prédio sob orientação do Patrimônio Histórico. A consolidação e restauração do prédio foram iniciadas em 1968, quando foi feita a desocupação do interior do mesmo, surgindo a ideia de criação de um museu neste espaço tombado. Como registrado por Kant de Lima (LIMA e PEREIRA, 1997, p. 51), os pescadores que habitavam a beira da praia em toda sua extensão e as margens da lagoa de Itaipu foram “indenizados” e realocados.

O projeto de criação do Museu foi elaborado pelo arquiteto do IPHAN Edgard Jacintho com o apoio de Renato Soeiro, diretor do Instituto à época. A presença dos sítios e testemunhos arqueológicos - Duna Grande, ainda não explorado cientificamente, e aos não mais existentes Sambaqui de Camboinhas e Duna Pequena, locais de onde provém grande parte do acervo do Museu - de povos pescadores-caçadores-coletores que habitaram a faixa litorânea da Região Oceânica de Niterói (datados em aproximadamente sete mil anos a.C.) dotou o MAI de uma função didático-científica compromissada com a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultural de natureza arqueológica.

Museu e entorno – definindo os sujeitos

A diversidade de recursos naturais da região de Itaipu permitiu o desenvolvimento de equivalente diversidade sociocultural. As questões históricas que envolvem os distintos grupos e interesses locais se apresentam fundamentais para dimensionar a relevância do MAI/MUSAI em seu contexto ou mesmo a sua significância como instituição museológica.

Assim como em grande parte dos ecossistemas naturais brasileiros, abarcam diretamente o espaço sociocultural e geográfico institucional as dinâmicas de grupos que mantêm em comum a tradicionalidade de suas práticas e enraizamento cultural:

Comunidade de Pescadores da Praia de Itaipu e Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas. Mais recentemente, a Aldeia Guarani Tekoá Mboy'ty, com todo o seu potencial histórico e cultural, se tornou um grupo de intensa significação – positiva e negativa - para a região e, conseqüentemente, para o Museu. Para compreender a relação e relevância destes grupos para com o MAI/MUSAI faz-se necessário apresentar pontos sobre a trajetória destes ao longo da história.

A praia de Itaipu é a que mais mantém características nativas no município de Niterói e a memória social local apresenta relação direta com a prática da pesca, desenvolvida até os dias atuais por parte dos grupos tradicionais. Roberto Kant de Lima e Pereira (1997) abordam a temática dos pescadores em Itaipu e como sua identidade se deu inicialmente pela organização política da pesca e as relações de parentesco e de patronagem.

As pescarias em Itaipu remetem às atividades do período Colonial no litoral do Rio de Janeiro e as informações mais antigas sobre a tradição das pescarias nessa região referem-se ao livro de Monsenhor Pizarro, no qual registra que na Freguesia de São Sebastião de Itaipu encontrava-se “bons, fartos e saborosos peixes” (PIZARRO⁶ *apud* PESSANHA, 2003, p. 21). A partir do século XVIII, devido à queda na produção agrícola, a pesca se torna atividade de relativa importância para a região, que na época era parte da freguesia de São Gonçalo⁷. No final do século XIX e início do século XX a região de Itaipu ainda era de difícil acesso, não havia estradas e o comércio e o trânsito de moradores eram feitos a cavalo ou pelo mar. No início do século XX a prática pesqueira na região já era intensa. (PESSANHA⁸ *apud* TARDELI, 2012, p. 30)

Há uma escassez de documentos acerca das ocupações de Itaipu, mas segundo relato de pescadores locais, a região, mais especificamente a beira da praia e o alto do Morro das Andorinhas - onde se desenvolvia, desde o início da ocupação, além da pesca, a agricultura - é ocupada por suas famílias a mais de

⁶ PIZARRO, Joze de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro: Das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El Rei Nosso Senhor D. João VI*. Impressão Régia. Rio de Janeiro, 1820. Tomo IV.

⁷ No século XVIII, a freguesia de Itaipú completava a expansão de São Gonçalo. Em 1943, ocorre nova divisão territorial no Estado do Rio de Janeiro e São Gonçalo perde o Distrito de Itaipú para o município de Niterói.

⁸ PESSANHA, Eliane Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói, RJ: EDUFF, 2003.

duzentos anos. Segundo o Presidente da Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas, José Siqueira da Silva, a ocupação de Itaipu foi iniciada a mais quase 150 anos:

O meu avô que foi a primeira pessoa a chegar aqui nas Andorinhas em 1870 tá? E esse meu avô né, ele e a esposa dele a minha vó tiveram 6 filhos né, não, 7 filhos. E desses 7 filhos, os 4 filhos ele direcionou para agricultura né, que ele precisava sobreviver da agricultura e pesca. Então ele direcionou 4 pra agricultura e 3 filhos pra pesca né. (SILVA *apud* TARDELI, 2012 p.31)

Aurelino de Souza, conhecido como “Cambuci”, é um dos pescadores artesanais mais atuantes da Praia de Itaipu e morou nas ruínas do Recolhimento de Santa Teresa dos 14 aos 19 anos. Em entrevista ao MAI/MUSAI, em 2011, comentou que não possui registros sobre seus avós, mas contabilizando o tempo dele e seu pai “dá cento e sessenta e poucos anos de Itaipu”.

Meus “avô”, meu pai, e eu e meus “filho”... “né”? Dos meus avós eu não tenho documento, mas do meu pai eu tenho – tenho matrícula, tenho documento de canoa velha, que se acabou, tenho da porra toda. (SOUZA *apud* MAI/MUSAI, 2011)

Kant de Lima (LIMA e PEREIRA, 1997) aborda aspectos de mudança social na região de Itaipu a partir das modificações das relações estabelecidas entre os pescadores e o espaço no qual se inserem. A especulação imobiliária acarretou, diretamente, o afastamento geográfico da praia e aumento de custos para realização das operações de pesca.

A partir dos anos 1970, a cidade de Niterói apresentou um crescente desenvolvimento socioeconômico e desde então está em processo contínuo de expansão urbana. Itaipu é, hoje, uma região ocupada por ocupações tradicionais e outras mais recentes, em constante conflito com a especulação imobiliária, cada vez mais atuante.

Toda a área vem sendo ocupada por residências de alto luxo, pois sua proximidade de praias não-poluídas (por enquanto...), do centro de Niterói e mesmo do Rio de Janeiro constitui-se em atrativo irresistível para as camadas privilegiadas da população que quer “ficar longe do lugar comum”. (LIMA e PEREIRA, 1997, p. 51)

A grande valorização de Itaipu leva os proprietários a venderem seus terrenos, acarretando o deslocamento dessa população para áreas interioranas do

município. Lima destaca que para os pescadores, o ônus desse progressivo deslocamento é incalculável. “O afastamento do local de trabalho implica na transformação de seus hábitos e estilos de vida, vinculados tradicionalmente ao mar e à lagoa”. (LIMA e PEREIRA, 1997, p. 52)

Atualmente, não há um reconhecimento por parte dos pescadores das práticas que eles mesmos instituíram no local, como as festas tradicionais, especialmente a Festa de São Pedro. Como explicita Tardeli, a maioria dos moradores entrevistados por ela aponta para o esvaziamento desta prática e culpam o progresso e a abertura para os que não eram familiares. Discorrendo sobre o assunto, o atual presidente da Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas, José Siqueira da Silva, comenta que:

...a festa ficou lá fora com outro pessoal, outro órgão e abriu muito né e não ficou aquela coisa familiar. Antigamente a festa era mais familiar aqui dentro né e ficava aberto, então tinha uma capelinha aqui de S. Pedro e as pessoas ia à missa, tinha outra ali fora né, então tinha muito acesso. Aqui dentro tinha bandeirinha, tem foto da época que tinha bandeirinha aqui dentro né, hoje em dia que não, não tem mais né. (SILVA *apud* TARDELLI, 2012 p.36)

O enfraquecimento das práticas pesqueiras ameaçam a estrutura social, política e cultural local. Os pescadores apresentam cada vez menos poder político e não dispõem de suporte de esferas governamentais neste sentido, como afirma “Cambuci”:

...as “coisa”, dentro da profissão da nossa pesca, artesanal, ela está extinguindo, “né”? Ela está extinguindo, não só aqui em Itaipu. Ela “tá” extinguindo no litoral brasileiro em geral, “né”, em geral, pela “escassidez” da pesca, pelo movimento turístico, entendeu? “Tá” cada vez... nós não temos assim, um, como se diz?... Uma proteção de uma governamental, “tá” entendendo? (SOUZA *apud* MAI/MUSAI, 2011)

A cultura pesqueira, apesar de ainda existir em Itaipu, se tornou menos previsível e seus retornos menos extraordinários, criando a necessidade de os pescadores estabelecerem alternativas de subsistência. As novas gerações são instruídas ao abandono dessa prática e inseridas nos meios sociais, econômicos e culturais globais, devido ao não reconhecimento da pesca como cultura e, menos ainda, como economia competente pela sociedade. Os discursos dos pescadores tradicionais Américo Siqueira da Silva, o “Seu Bichinho” e Aureliano Mattos de

Souza, o “Cambuci”, respectivamente, comprovam o desejo de que os filhos sigam outras carreiras:

Eu tinha dois filhos homens e falou:- papai, quando eu crescer vou ser pescador igual o senhor. Eu falei: - meus filhos, eu criei vocês na pescaria, mas por vocês foi criado na pescaria, mas eu vou dizer um troço a vocês; vocês não fosse pescador. Quando vocês tivesse na, na formatura de vocês, vocês já tiver se governando vocês próprio, cada um leva um serviço que é muito melhor que a pescaria, que a pescaria hoje não dá, não dá futuro pra ninguém não. (SILVA apud TARDELI, 2012 p. 42)

... eu graças a Deus criei meus filhos, né... tô com meu filho agora que saiu do quartel, vai continuar a estudar; tenho a minha filha mais nova, tem 17 anos, vai pra faculdade. Formei duas filhas, todas as duas são doutoras, graças a Deus. (SOUZA apud MAI/MUSAI, 2011)

Em meio ao processo de desfortalecimento da pesca artesanal - como consequência da expansão urbana e valorização imobiliária na região Oceânica de Niterói, bem como mudança dos hábitos, de forma geral, da população, a competitividade da pesca de grandes embarcações, poluição, entre outros fatores - a ameaça do fim preocupa a comunidade de pescadores, como relata Tânia Rodrigues Lopes, ex-esposa e filha de pescador:

Em 20 anos, olha só a decadência! Você acha que daqui a mais, não vou botar 20 anos não, 5 anos vai ter pescaria de arrastão aqui na praia de Itaipu? Se continuar assim, não vai ter mesmo porque esse que tão pescando com meu irmão hoje, morrendo, os filhos não tão na pescaria, os filhos desses homens que trabalham com meu irmão hoje tão, tão na Petrobrás, tão fazendo curso de petróleo e gás, tão fazendo curso de internet, de consertos de manutenção de computadores... os filhos desses homens que estão com meu irmão hoje, nenhum deles estão envolvidos em pescaria. Então, esses morrendo, acaba a pescaria, porque não tem mais, não tem mais a tradição. Mas não tem por quê? A pescaria hoje em dia não sustenta mais família, então não vale a pena pescar. (LOPES apud TARDELI, 2012 p. 44)

Com o espaço de conflito já consolidado em Itaipu, o grupo indígena Tekoa Mboy-ty, oriundo de Paraty Mirim -RJ, se instalou no Sambaqui de Camboinhas – sítio arqueológico não mais existente, segundo o Plano Museológico do MAI, próximo ao Museu, entre o mar e a lagoa -, em 2008. A mudança da aldeia de Paraty para Camboinhas é defendida por representantes da aldeia sob o argumento de ser o sambaqui um cemitério de seus ancestrais, ocupado para preservar sua memória. Camboinhas é o bairro mais valorizado da região oceânica de Niterói e a formação da aldeia, composta por aproximadamente 66 índios, gerou mobilização de moradores, que entraram com duas ações na Justiça Federal pedindo a retirada

dos índios. Considerado um ato criminoso, a aldeia foi incendiada em julho de 2008 e reconstruída em sequência.

As atividades desenvolvidas pela comunidade indígena são equivalentes às práticas tradicionais comuns à região de Itaipu, como pesca e a agricultura. A força cultural e a relação com o MAI através da ocupação do um local de onde a maior parte do acervo institucional é oriunda despertou interesse e necessidade de estabelecer diálogo e interação. A relação foi iniciada sob forte conflito, a ponto do Museu ser ameaçado de invasão pela comunidade indígena, por representar um órgão público, na época em que discutia-se a legalidade da ocupação.

Neste contexto e território é estabelecido um duelo entre diferentes interesses, sociais e econômicos, os quais atingem diretamente o Museu, tornando-o um importante instrumento de legitimação das comunidades tradicionais. O processo de reconhecimento deste potencial está em maturação, tanto por parte do Museu, quanto por parte das comunidades - a parceria entre estes agentes é desenvolvida a partir da reformulação estrutural das ações do Museu e da abertura e aceitação das comunidades. O MAI/MUSAI ativa novas perspectivas a partir do momento em que passa a reconhecer, representar e valorizar os grupos culturais que o cerca, potencializando ações conjuntas a estes, com foco no desenvolvimento social, democratização da cultura e direito à memória. As estratégias para tal reconfiguração serão apresentadas na sequência.

III - NOVAS PERSPECTIVAS DE MUSEU ARQUEOLÓGICO À SOCIOAMBIENTAL

Apesar do caráter arqueológico estar intrínseco à sua proposta e reforçado pelo próprio acervo do Museu, o MAI não se limita hoje a trabalhar com estes recursos. Consciente da necessidade de abrangência temática, o Museu propõe-se a atuar como ferramenta de conscientização sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais e sobre as atividades humanas praticadas há séculos no local.

Para pensar a reestruturação programática do MAI/MUSAI, pontuada pelo símbolo máximo da mudança de seu nome, Museu de Arqueologia de Itaipu para Museu Socioambiental de Itaipu, é necessário analisar o contexto de mudanças nas perspectivas e paradigmas do papel dos museus e o contexto funcional do MAI/MUSAI. Assim como o processo de evolução conceitual dos museus e da museologia, com relação às ações mediadas por estas instâncias, o MAI/MUSAI passa por um processo de descobrimento e conquista de interesses relacionados ao alvo de suas ações.

Apesar de, desde sua criação, a proposta do Museu vislumbrar a promoção de uma relação próxima com seu entorno, extrapolando as convencionais exposições intramuros – o que contradiz a colocação de Scheiner (2002, p. 106.) sobre o desconhecimento das ideias da Nova Museologia no Brasil entre 1964 e 1980 e que estas estariam nas gavetas dos gabinetes - as ações desenvolvidas não atingiam de fato tais objetivos. Os motivos deste insucesso podem estar relacionados à falta de profissionais e recursos básicos para o desenvolvimento de ações pertinentes ao seu estímulo e promoção.

A relação museu-entorno, referindo-se tanto às comunidades quanto aos recursos naturais que envolvem o MAI/MUSAI, será analisada a partir do amadurecimento das perspectivas apontadas entre os Planos Museológicos de 2007-2010 e 2011-2014 do MAI/MUSAI. A utilização deste recurso de diagnóstico faz-se fundamental, como explica a Lei 11.904 de 2009 que instituiu o Estatuto dos

Museus⁹ no qual dedica os artigos 44 a 47 (Seção III) ao Plano Museológico com a seguinte definição (artigo 45):

Art. 45 - Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. (BRASIL, 2009b)

Dentre as alterações estabelecidas na atualização do Plano Museológico do MAI/MUSAI estão: mudança de vinculação institucional para o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), novas ações da área educativa do MAI/MUSAI como a criação e implantação do Programa de Educação Ambiental; a concepção, montagem e inauguração da exposição de longa duração *Percursos do Tempo*; mudança de nome do museu, com apoio da sociedade, para Museu Sócioambiental de Itaipu; constituição e integração de novas coleções ao acervo: Coleção de Blocos Testemunhos do Sambaqui de Camboinhas, Coleção Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, Doações da Aldeia Guarani, de Aureliano Mattos de Souza, de Vanda Siqueira e do PESET; gestão participativa com a comunidade local; consultoria às iniciativas de preservação da memória e da identidade das comunidades em seu entorno através do auxílio na elaboração de mostras e exposições, entre outros pontos-chave da reestruturação das ações do Museu.

Em entrevista desenvolvida para a elaboração deste trabalho, a ex-diretora e museóloga do MAI/MUSAI, Maria de Simone Ferreira¹⁰, relata que sempre houve uma procura por parte dos representantes das comunidades tradicionais, mais pela vinculação institucional do MAI/MUSAI ao IPHAN e a possibilidade de sanar dúvidas em relação às construções irregulares no entorno do bem tombado. A proximidade física, por assim dizer, era a linha condutora da relação estabelecida até então. A comunidade reconhecia, mas não se envolvia com o Museu.

⁹ Estatuto de Museus é responsável por definir os critérios que caracterizam uma instituição museológica, bem como seus princípios norteadores, formas de institucionalização, mecanismos de financiamento, entre outros.

¹⁰ Maria de Simone Ferreira trabalhou no MAI/MUSAI como Técnica em Museologia de 2006 a 2009 e foi diretora da instituição de maio de 2009 até 2012.

Em 2009, segundo o atual diretor Pedro Colares¹¹, também em entrevista para a elaboração deste trabalho, já havia um reconhecimento e envolvimento com as comunidades do entorno, entretanto o processo de identificação da comunidade com a Instituição ainda estava em um estágio inicial. Era comum, ainda de acordo com Colares, o contato para pedir uma coisa ou outra emprestada, tanto por parte do museu, quanto por parte da comunidade.

O Instituto Brasileiro de Museus – Ibram - foi criado em 2009 como uma autarquia do Ministério da Cultura e é responsável pela administração direta de 30 museus. Segundo descrição do próprio Instituto, apresentada em seu site, o Ibram incentiva as unidades museológicas a desenvolverem projetos que enfatizam não apenas o aspecto cultural, mas também o social e o educacional, além das ações administrativas, que vêm contribuindo para o desempenho dos projetos realizados.

Seguindo a Política Nacional de Museus, instituída em 2003, durante a gestão do ministro Gilberto Gil no MINC, o Ibram trabalha a ideia de museus como espaços importantes para a implantação de uma política cultural ampla e democrática. Essa proposta geral foi absorvida pelo MAI/MUSAI por estímulo, também, do Ibram no desenvolvimento de ações com a comunidade.

O Ibram carrega as perspectivas da museologia contemporânea, estruturada sob os pilares da Nova Museologia, e apresenta um caminho político orientado para a democratização do acesso aos bens culturais como a integração e inclusão entre museus e comunidade.

Ao ser criado, reconheceu-se nos museus seu valor estratégico, a importância de sua função social. A capacidade de atuação dos museus com as comunidades locais, por meio de programas culturais e socioeducativos, contribuirá para essa via de mão dupla que é a cultura. (IBRAM 2003-2010, p 35)

Importante ressaltar que o advento da criação do Ibram e a vinculação do MAI/MUSAI ao mesmo possibilitou a chegada ao Museu de novos profissionais, de diferentes áreas, responsáveis pelo desenvolvimento de ações específicas em diversos segmentos – logística, administração, educativo, histórico, antropológico, museológico.

¹¹ Pedro Colares foi estagiário na MAI/MUSAI em 2009 e retornou como Técnico em Museologia em 2011. Desde 2012 é diretor adjunto do Museu.

A mudança de vínculo administrativo foi um marco importante para a instauração de um novo cenário de possibilidades para o MAI/MUSAI. Contradizendo, porém, a essa ideia, Maria de Simone Ferreira afirma ter observado poucas mudanças oriundas da criação do Ibram. Segundo ela, a grande mudança pôde ser percebida quando na criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), ainda no período do IPHAN, em 2003.

Isso sim foi um marco na Museologia, já que então os museus passaram a receber uma atenção especial para suas especificidades, que, ainda que dentro do campo do patrimônio, possuem uma realidade muito peculiar. Desde então, a proposta museológica que se defendeu e se propagou país e mundo afora foi de uma museologia mais social, atrelada à Carta de Santiago (1972). A criação do Ibram me parece ter sido a culminância de um processo de ampliação de práticas e olhares já iniciada no período do DEMU.¹²

A proposta de mudança de nome, enxergando as possibilidades e conquistas do MAI/MUSAI no estreitamento da relação museu e entorno, partiu, segundo Colares, do Departamento de Processos Museais do Ibram. A diretora do Museu na época, que o assumiu depois de anos de funcionamento quase sem recursos, levou à instituição conhecimentos específicos da área museológica, acreditando no potencial dos museus como ferramenta de transformação social e acatou a proposta do Ibram.

Neste processo, representantes de comunidades do entorno e de instituições parceiras foram convocados a discutir a ideia do novo nome e a propor novas possibilidades - pode-se ressaltar, nesta ação, a ideia de gestão participativa, proposta pelo Museu para ser a base de sua gestão. A gestão participativa a que se refere o Plano Museológico do MAI/MUSAI resulta do amadurecimento e adaptação ao movimento da Nova Museologia, ou seja, à ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas. Após muito diálogo e votação, chegou-se ao nome Museu Sócioambiental de Itaipu – MUSAI.

Apesar de definida, a mudança de nome depende de complexos trâmites burocráticos como a mudança da legislação que cria o próprio IBRAM. Por este motivo, atualmente o Museu é referido como MAI/MUSAI. Tal dubiedade representa

¹² Comunicação pessoal ao autor em 10 jun. 2013

o processo ainda em desenvolvimento de sensibilização, reestruturação e concretização de uma nova postura institucional pelo qual passa o MAI/MUSAI.

Ações estratégicas - reconhecimento, representação e valorização

Para estimular e reforçar a presença da instituição em seu cenário integral, algumas medidas estratégicas foram propostas, como citado anteriormente. A consolidação de uma relação orgânica do Museu com o contexto social local é fundamentada a partir do momento em que se trabalha um relacionamento efetivo com as comunidades tradicionais e com os órgãos responsáveis pela administração de seu entorno. Pensar a firmação desta relação transparece um amadurecimento da ideia de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade.

Mesmo integrando um espaço de grande circulação de pessoas, em uma região de praia, cujo sistema cultural fundamenta-se nas intensas práticas e relações comuns a esses locais, o MAI/MUSAI não apresentou, durante muito tempo, reconhecimento satisfatório de público. O lugar comumente calmo, com ritmo temporal próprio, transfigura-se aos finais de semana. A facilidade de condução (a praia de Itaipu é a única da região em que os ônibus transitam)¹³ é um dos fatores que justificam a popularidade da praia. Segundo Kant de Lima (LIMA e PEREIRA, 1997, p.71), a movimentação da praia dá ao lugar um clima festivo, fazendo florescer um comércio local de alimentos. Atualmente o “clima festivo” tornou-se um pouco caótico, devido à falta de planejamento urbano na região.

Muitos frequentadores da praia, principalmente aos finais de semana, adentram o Museu para utilização dos banheiros e bebedouros. Apesar de não ser o ideal, tal procura faz parte e disputar a atenção com a praia não seria uma proposta interessante. O Museu a utiliza, então, além de outras áreas do entorno, como extensão de seu território e ações – os espaços são aliados e não uma disputa cotidiana.

¹³ Importante ressaltar que o ponto final dos ônibus fica a poucos metros do MAI/MUSAI.

Apesar dos esforços, como solicitação de placas de rua, é comum, ainda hoje, o desconhecimento total sobre a Instituição por aqueles que circulam cotidianamente o entorno do Museu. Atento a esse fato, o MAI/MUSAI desenvolve, atualmente, uma pesquisa de não-público, afim de verificar o desconhecimento do Museu por parte dos visitantes da praia de Itaipu.

O MAI mantém suas portas abertas durante todos os finais de semana, feriados e recessos, mesmo não havendo demanda de visitantes, para mostrar-se parte viva daquele espaço. Estabelece-se uma rotina, quase pessoal, entre a comunidade e a instituição. O contato é promovido, ainda, pela participação constante em todas as atividades promovidas no entorno, como festas tradicionais e eventos pontuais.

Inicialmente, a ideia do Museu era trabalhar com os vestígios arqueológicos oriundos de ocupações territoriais anteriores pesquisados e/ou coletados ao longo do litoral do estado do Rio de Janeiro, o que compreendia, naquele período, a faixa litorânea de Niterói a Cabo Frio. De acordo com documentação acerca da criação do MAI/MUSAI, desta forma, se explicitaria e chamaria atenção à perpetuação e às modificações ocorridas na economia de subsistência da população local através da pesca, traçando no passado pré-histórico paralelos quanto à origem dessa cultura. A aproximação da temática abordada pelo MAI/MUSAI à realidade e interesse local se deu pela continuidade da política de aquisição de acervo.

Colares explica que a política de aquisição de acervo tem sido conduzida no sentido de incorporar objetos das comunidades do entorno para, através da prática museológica, garantir o direito à memória e o acesso às tradições e práticas desses grupos. Recentemente, como observamos no Plano Museológico atual (2010-2014), além dos artefatos de natureza arqueológica, foram incluídos na descrição do acervo museológico do MAI/MUSAI, objetos relativos à cultura pesqueira mais recente e à cultura Guarani, representada através de itens doados por integrantes da aldeia *Tekoa Mboy Ty*.

Sobre a recém-criada Coleção Aureliano Mattos de Souza, o “Cambuci”, formada principalmente por objetos que pertenceram seu pai, o pescador artesanal comenta que doou o material “com muito carinho”, considerando a amizade estabelecida entre ele e o Museu. Segundo relatório de pesquisa sobre entrevistas

elaboradas pela equipe do MAI/MUSAI em 2011, “Cambuci” se coloca numa posição de comprometimento com o Museu, contando com uma ajuda, relacionada à valorização do modo de vida dos pescadores e à legitimidade da ocupação espacial.

Em substituição à exposição *Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio*, que permaneceu em exibição por 28 anos, foi inaugurada em 2010 a exposição de longa duração *Percursos do Tempo: Revelando Itaipu*. Nela, exemplares de várias das coleções que compõem o acervo do museu são exibidos, como a Coleção Hildo de Mello Ribeiro, Coleção Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, Coleção Blocos Testemunho do Sambaqui de Camboinhas e Coleção Aureliano Mattos de Souza. Segundo Maria de Simone Ferreira, a antiga exposição tinha como foco o acervo arqueológico de todo o litoral do Estado do Rio de Janeiro e não retratava a memória da região de Itaipu. O longo período de exposição, a falta de atualização do conteúdo ou modernização expográfica são fatores relevantes para compreensão do afastamento por parte da comunidade e indícios sintomáticos sobre os antigos interesses do Museu.

Em material de divulgação sobre a abertura da nova exposição, o Museu descreve sua pretensão em evidenciar a relação intrínseca de participação da comunidade pesqueira local e de pesquisadores na idealização de um museu que vem se erguendo e se configurando integralmente em meio às ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, aos sítios arqueológicos Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas, em um ambiente circunscrito por mar, laguna, montanha e floresta.

A exposição foi organizada em núcleos, que retratam períodos históricos e formações culturais, pretéritas e presentes, da região de Itaipu, com objetivo de contar a história da ocupação do território e a relação de suas populações com o ambiente e o entorno do museu. (PLANO MUSEOLÓGICO MAI/MUSAI, 2011-2014, p. 29)

A proposta da nova exposição do MAI/MUSAI proporciona, portanto, à comunidade “uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (ARAUJO e BRUNO, 1995, p. 24), em diálogo com o conceito de museu integral, uma das bases da nova museologia.

Encarada como símbolo de uma parceria entre o Museu e a aldeia Tekoa Mboy-Ty, segundo o MAI/MUSAI, foi erguida uma típica oca Tupi-Guarani com

objetivo de favorecer ambos – instituição museológica e grupo Guarani. Fazem presentes no espaço do Museu os saberes e modos de vida da aldeia guarani, que constitui em valores culturais de natureza imaterial e os remanescentes material que constituem o bem cultural das ruínas do antigo Recolhimento de Santa Tereza.

Segundo a proposta do Museu, pretende-se lidar com o bem tombado através da perspectiva contemporânea que o percebe como algo vivo, que conserva os testemunhos materiais de valores culturais de tempos passados e que, ao mesmo tempo, continua atuante no presente, ou seja, permanece em constante transformação, recebendo novos valores e usos dados pelas gerações que com ele interagem.

O setor de pesquisa do MAI/MUSAI foi, também, grande responsável pela aproximação entre instituição e entorno, visto que ultrapassou os limites físicos e buscou o diálogo com as comunidades locais. Essas ações possibilitaram uma troca direta e estabeleceram laços de confiança, a partir da demonstração clara das intenções e potencialidades do Museu. Para além, este setor alimenta o acervo do MAI/MUSAI com entrevistas e trabalha, como ressalta Colares, a recuperação de acervo fotográfico junto aos moradores com o intuito de estabelecer um arquivo histórico sobre a região de Itaipu e seus habitantes.

Considerando as observações de Maria Célia Santos (SANTOS, 1996, p.16), a relação entre museu e educação é intrínseca, uma vez que a instituição museu não tem como fim último apenas o armazenamento e a conservação, mas, sobretudo, o entendimento e o uso do acervo preservado pela sociedade para que, através da memória preservada, seja entendida e modificada a realidade do presente. Desta forma, o programa educativo e cultural do MAI/MUSAI vem desenvolvendo novas estratégias de abordagem junto às escolas de Niterói, pelas quais sempre foi requerido, e escolas do entorno, que concentram grande parte das crianças das comunidades tradicionais, para além de eventos esporádicos, em que professores e alunos participam de forma pouco comprometida.

O projeto trabalhado há tempos pelo Museu é o Caniço & Samburá, cuja dinâmica se estabelece na imersão prévia aos assuntos abordados na visita ao Museu. Um kit, contendo material sobre arqueologia é emprestado ao professor para

apreciação junto à turma. O material necessita, porém, de atualização de conteúdo e linguagem visual, que estão muito defasados.

As visitas mediadas, de forma geral, abarcam não somente o conteúdo e espaço interno das muralhas do MAI/MUSAI. A aproximação com os grupos locais influenciou diretamente no modo de abordagem sobre os mesmos. A proposta do Museu é trabalhar representações reais e vivas das comunidades, destituindo o peso do exótico e uma abordagem etnocêntrica. Nas imagens abaixo, grupos de escolas da região conversam com moradores da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas:



14



15

Os ecossistemas da região que envolve o MAI são muito relevantes do ponto de vista ambiental e econômico para o Município de Niterói, já que são responsáveis pela geração de renda, recreação, navegação, turismo e subsistência. Porém, nas últimas décadas, a degradação, a falta de suporte das instituições públicas responsáveis e os conflitos entre seus usuários vêm se acirrando com risco de significativa depreciação da qualidade ambiental e dos aspectos socioeconômicos envolvidos.

Dentre as estratégias de conservação utilizadas em prol da qualidade de vida e da perpetuidade dos recursos naturais nestas áreas, a educação, com foco na

¹⁴ Figura 1: Programa Educativo: entrevista de grupo escolar com “Seu Bichinho”, Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas. Acervo MAI/MUSAI, 2011

¹⁵ Figura 2: Programa Educativo: entrevista de grupo escolar com representante local, Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas Acervo MAI/MUSAI, 2011

mudança de comportamento, aparece como ação primordial, sem a qual a preservação da memória, do patrimônio cultural e dos recursos naturais para as gerações futuras pode estar comprometida. Partindo desta premissa, o Programa Educativo e Cultural do MAI/MUSAI, com a colaboração da Colônia de Pescadores Z-7 e da comunidade tradicional do Morro das Andorinhas, propõe a participação efetiva e continuada da comunidade escolar situada no entorno do Museu.

As oficinas do Projeto de Diagnóstico e Monitoramento da Saúde Lagunar e dos Recursos Pesqueiros de Itaipu é, portanto, uma proposta educativa que visa abordar a problemática ambiental referente à conservação dos ecossistemas da região de Itaipu, bem como os recursos naturais nela explorados. O projeto propõe ainda estimular o espírito investigativo característico da faixa etária dos alunos participantes (entre 09 e 12 anos de idade), considerando os conhecimentos e costumes da comunidade local e suas interfaces com a conservação de tais recursos.

O Museu apresenta-se como local base para o desenvolvimento das atividades do Projeto de Diagnóstico e Monitoramento da Saúde Lagunar e dos Recursos Pesqueiros de Itaipu, que são desenvolvidas em sua maioria no entorno da instituição, utilizando como laboratório o ambiente que a cerca, seus recursos naturais e as entidades biológicas a eles associadas, além de contar com a colaboração dos atores sociais locais.



¹⁶ Figura 3: Programa Educativo: grupo escolar e o pescador tradicional “Cambuci”, atividade na Praia de Itaipu. Acervo MAI/MUSAI, 2011

¹⁷ Figura 4: Programa Educativo: grupo escolar e pescador tradicional “Cambuci”, atividade no pátio do Museu. Acervo MAI/MUSAI, 2011

As oficinas de Diagnóstico e Monitoramento da Saúde Lagunar e dos Recursos Pesqueiros de Itaipu são desenvolvidas ao longo de cinco meses, promovendo um contato continuado da equipe junto à escola, o que estimula a conquista de intimidade, confiança e conforto entre os participantes.

O projeto, que se demonstra eficaz na conquista de seus objetivos de sensibilização, conscientização e apropriação dos elementos sociais e culturais e dos patrimônios existentes na região de Itaipu, de acordo com dados de avaliação e acompanhamento apresentados pelo MAI/MUSAI, impôs de forma veemente a necessidade de ampliação da temática e abordagem do Museu de Arqueologia de Itaipu influenciando diretamente no processo de mudança de denominação, devido ao caráter sócio ambiental por ele conquistado.

Ainda na área educativa, algumas atividades paralelas também foram abarcadas pelas ações do MAI/MUSAI. Como descreve Colares, o MAI/MUSAI oferece atividades pontuais como oficinas de reparo de embarcações tradicionais, oficina de língua e cultura Guarani, oficina de confecção de cestaria, rodas de capoeira, entre outras atividades/eventos voltados aos diversos aspectos culturais dos moradores e do entorno.



Atualmente, o Museu se envolve diretamente em diversas questões relacionadas o seu entorno, participando de reuniões comunitárias, do Conselho

¹⁸ Figura 5: Aula de língua e cultura guarani, MAI/MUSAI. Acervo MAI/MUSAI, 2012.

¹⁹ Figura 6: Mesa-redonda Comunidades Tradicionais – Primavera de Museus/Ibram, MAI/MUSAI. Acervo MAI/MUSAI, 2012.

Consultivo do Parque Estadual da Serra da Tirica²⁰ e de projetos públicos que venham a impactar sobre o cotidiano da região. Por ser o único órgão governamental nas redondezas, as comunidades exigem posicionamento sobre assuntos que não são diretamente da competência do MAI/MUSAI.

Segundo palavras de “Cambuci”, o Museu “impede o poder financeiro de entrar aqui”. É possível perceber uma relação de proteção, como se o MAI/MUSAI fosse uma espécie de guardião da representação da tradicional cultura pesqueira local, um “esteio”. Ele também se refere ao museu como “uma mãe”. (Arquivo MAI/MUSAI, 2011)

Em descrição sobre as ações do Museu, Coleres o posiciona, também, como uma espécie de “ouvidoria pública” no sentido de que ouve as reclamações e desejos da comunidade e os transmite, na medida do possível, para os órgãos governamentais responsáveis. O processo aqui estabelecido nos leva a ideia de apropriação do espaço e suas potencialidades pela comunidade, como comenta Mário Chagas, em análise sobre as ideias de Waldisia Rússio:

(...) a institucionalização passa a implicar menos “um reconhecimento de quem cria, implanta ou instala um museu” e mais “um reconhecimento pela comunidade”, origem e alvo do museu. Este pensamento desdobra-se na assertiva: “é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade.” (RÚSSIO, 1984, p. 60 *apud* CHAGAS, Mário. 2002)

Quando questionado em entrevista sobre qual seria a tipologia do MAI/MUSAI, almejando que as respostas se direcionassem para a vocação territorial do museu, Colares defende que a diferenciação tipológica de museus possa ser interessante para o estudo, mas não necessariamente ela existe na prática. Para ele, o MAI é um museu de arqueologia, por grande parte de o seu acervo ser de origem arqueológica e ter a pretensão de discutir e comunicar assuntos relevantes para a disciplina. Porém, ainda segundo Colares, o MAI também apresenta características de um museu comunitário já que uma boa parcela de suas ações visa a transformação social e melhoria da qualidade de vida da comunidade no entorno e, para tanto, conta – cada vez mais – com a participação da mesma na elaboração e condução de suas atividades. Maria de Simone afirma acha-lo mais comunitário que arqueológico, “ainda que a tendência da arqueologia seja cada vez mais

²⁰ órgão de proteção ambiental que abarca a área onde o museu está instalado

inclusiva das comunidades onde atua, sabe-se que esse elo é vital para o sucesso mútuo dos interesses em jogo”.

Sobre a tipologia museal discutida acima como definidora ou não do MAI/MUSAI, recorreremos à explicação de Mario Chagas sobre museu comunitário, que nos leva, após a análise da reconfiguração do Museu, a minimamente enxergá-lo nesta definição:

Eles se caracterizam pela valorização das pessoas. São as pessoas que produzem acervos, que conservam acervos e que transformam também esses acervos. As experiências de museus comunitários valorizam as pessoas, valorizam as comunidades, valorizam o desenvolvimento local sustentável. Tem um outro foco. Os acervos são importantes, mas eles são um pretexto para o desenvolvimento comunitário. Os espaços, os edifícios onde os museus se instalam podem ser importantes, mas, continuam sendo pretexto para o desenvolvimento comunitário. Todos esses elementos: as coleções, os acervos, o patrimônio, o local, tudo passa a ser uma estratégia a favor do desenvolvimento social daquela comunidade. (CHAGAS, 2009)

A importância do MAI/MUSAI se configura para além das funções tradicionais da museologia e do espaço político, social e cultural usualmente representado e abarcado pelos museus. O MAI/MUSAI se configura como um agente, um núcleo de representação identitária, um mediador da multiplicidade que o cerca. Como acima elucidado pelas palavras de Chagas, o MAI/MUSAI utiliza todos os recursos, “as coleções, os acervos, o patrimônio, o local”, como “uma estratégia a favor do desenvolvimento social daquela comunidade”.

No cenário atual de apropriação (ou não) dos novos paradigmas museológicos, as mudanças seguem em desenvolvimento. O museu deixa de ser sinônimo de prédio e assemelha-se a território; o objeto museológico deixa de ser apenas material e descobre-se também imaterial; a preservação deixa de ser função central e cede espaço para a pesquisa e a comunicação; a coleção deixa de ser prioridade absoluta e proporciona lugar à comunidade; a exposição deixa de ser fim e transforma-se em meio; o público deixa de ser coadjuvante e assume o papel de protagonista (MENSCH, 1989). Contudo, como aponta Gabriela Figurelli (2012, p. 37), estas mudanças não são determinantes em todos os museus, elas ocorrem com diversas intensidades e repercutem em diferentes contextos museológicos, como um reflexo do posicionamento ideológico dos profissionais que atuam em museus.

No caso do MAI/MUSAI, muitos fatores influenciaram-no a seguir as tendências da museologia contemporânea: tanto a sua sensibilidade inicial, na

época de criação do Museu, quanto em uma tentativa sem recurso, porém, viva e agora, em uma fase de abertura e busca consciente em trabalhar como ferramenta de alto potencial sócio cultural.

Enquanto mediador cultural e espaço de constante negociação e ressignificação de identidades, tanto pessoais quanto coletivas, o caminho do MAI/MUSAI nos leva à ideia de Mário Moutinho (1989, p.30), que ao defender a Nova Museologia com uma evolução do conceito e não como outro segmento museológico, ressalta que a concepção, o desenrolar e a avaliação dos projetos da Nova Museologia dependem sempre de uma percepção correta das condições históricas e ambientais locais em que a intervenção se realiza.

CONCLUSÃO

O estreitamento da relação entre Museu de Arqueologia de Itaipu/Museu Sócioambiental de Itaipu e as comunidades locais, a partir do desabrochar de seu caráter social, estruturou-se no desenvolver do perfil das ações recentemente estabelecidas pelo Museu.

Desde a construção do Recolhimento de Santa Teresa, no século XVIII, até a instalação do Museu de Arqueologia de Itaipu, no século XX, o espaço tombado assumiu diferentes funcionalidades, envolto sempre pela cultura pesqueira, cuja tradicionalidade é contextualizada a partir da apresentação histórica e social das comunidades que ocupam o espaço há muitos anos. O desenvolvimento urbano, a homogeneização da cultura contemporânea, a especulação imobiliária, a poluição e, conseqüentemente, a diminuição das espécies marinhas levaram, porém, ao enfraquecimento progressivo dessas práticas e ameaçam a estrutura social, política e cultural local.

Neste contexto o MAI/MUSAI ativa maior interesse em relação ao seu entorno, que coincide com uma série de mudanças estruturais, como a vinculação ao Ibram e aumento do quadro de funcionários. Com maior estrutura de trabalho e possibilidades e visão voltada às diretrizes da Nova Museologia, o MAI/MUSAI torna-se um instrumento de legitimação de identidade e cultura local.

As comunidades tradicionais do Morro das Andorinhas, os Pescadores de Itaipu e a Aldeia Guarani Tekoá Mboy'ty, que ocupa as proximidades do MAI/MUSAI desde 2008, formam eixos específicos de representação dentro das ações de resistência cultural do Museu. Longe de um enfoque etnocêntrico, o MAI/MUSAI reforça seu potencial de articulação social em prol da preservação de suas práticas e realidades.

A partir do diagnóstico sócio cultural local e das relações históricas instituídas dentro e no entorno do MAI/MUSAI, em diferentes contextos históricos, é possível dimensionar a relevância do Museu para com os outros agentes/comunidades. Apesar de um interesse primário em estabelecer uma relação próxima com o entorno - como observado no discurso institucional da época de idealização de um museu no espaço das ruínas do Recolhimento - a relação do MAI/MUSAI com a

comunidade local é marcada pelo controle do Iphan²¹ sobre as construções que circundam a área, bem como desapropriações ilegais, como na época da ocupação das ruínas por um grupo de pescadores tradicionais. Atualmente o MAI/MUSAI passa por um processo real de aproximação, a partir da reformulação estrutural de suas ações, para além do caráter arqueológico, e da abertura e aceitação por parte das comunidades.

A horizontalidade das propostas do Museu é avaliada como fundamental para o reconhecimento do espaço como legítimo de representação da cultura tradicional local. Seguindo a ideia da Nova Museologia de gestão participativa, apesar de não concedê-la em plenitude devido à vinculação direta a um órgão governamental – Ibram, o Museu expressa em seu planejamento a proposta de atender diretamente às demandas das comunidades, junto delas.

O MAI/MUSAI ressignifica sua função como instrumento cultural a partir do momento em que se mostra ao serviço e inseparável da sociedade que lhe dá vida, revelando-se capaz de estimular em cada comunidade uma vontade de ação, aprofundamento e consciência crítica. (MOUTINHO, 1989, p. 35-36). A mudança do nome do Museu para Museu Sócioambiental de Itaipu é um fator sintomático e representativo. A perspectiva social contemplada pelo MAI/MUSAI confere ao Museu maior comprometimento do que o anteriormente implicado – com uma arqueologia de grande referência, porém sem cientificidade de grande parte de sua representação. O MAI/MUSAI apresenta, hoje, grande potencial de ampliação e aprofundamento de questões importantes da museologia contemporânea, sendo um forte exemplo de museu integrado ao ambiente, à comunidade, ao patrimônio.

²¹ Órgão responsável pelo tombamento e preservação das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Cristina (orgs.). *A memória do pensamento museológico brasileiro: documentos e depoimentos*. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

BURGOS, Maria de Fátima B. *Museus virtuais e a (anti) curadoria: uma aventura em busca do futuro*. Brasília, UnB, p. 1-9, 2005

COGAN, Andréa. *Plano Museológico e Estratégias de Sustentabilidade para Museus: Estudo de Caso – O Museu Histórico Municipal de Dois Irmãos, Rio Grande Do Sul, Brasil*. Unilassalle. Canoas. 2012. Disponível em <http://www.unilasalle.edu.br/canoas/assets/upload/mestrado/memoria/andrea.pdf>. Acesso em 05/06/2013.

CHAGAS, Mário. *Cultura, patrimônio e memória*. 2002. Disponível em www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986. Acesso em junho de 2013.

CHAGAS, Mário. Entrevista ao Blog Vanhoni. 2009. Disponível em: www.vanhoni.com.br/2009/08/mupe-museu-de-periferia-do-sitio-cercado-entrevista-com-mario-de-souza-chagas-diretor-de-centros-museais-do-ibram. Acesso em: 22 jul. 2013.

DESVALLÉES, André. *A Museologia e os museus: mudanças de conceitos*. In Cadernos Museológicos, 1. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/SPHAN - Pró-Memória, 1989.

DESVALLÉES, André. *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie*. Paris: W M. N. E. S., 1992. Vol. 1.

FIGURELLI, Gabriela. *Articulação entre Educação e Museologia*. Cadernos de Sociomuseologia Nº 44, 2012.

GUARNIERI, Waldisa Russio. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação*. Cadernos de Museologia, Rio de Janeiro, n. 3, 1990

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *A gestão dos museus e do patrimônio cultural*. Ciências & Letras, Porto Alegre, n.31, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. 20 anos depois de Santiago: A Declaração de Caracas – 1992. In: A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos. [s.l.]: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

IBRAM, Relatório de Gestão 2003/2010. Disponível em www.museus.gov.br/category/publicacoes-e-documentos. Acesso em 05/06/2013.

LIMA, Francisco Pedroso de. *A Evolução entre as declarações de Santiago e de Caracas*. In: Cadernos de Museologia. Centro de Estudo de Sócio- Museologia. ISMAG/ ULHT. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. n.º 1- 1993

LIMA, Roberto Kant; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

MOUTINHO, Mário. *Museus e Sociedade: reflexões sobre a função social do museu*. Caderno de Patrimônio, 1989.

MOUTINHO, Mário. *Sobre o conceito de Museologia Social*. Cadernos de Museologia nº 1, 1993.

PRIMO, Judite Santos. *Pensar contemporaneamente a museologia*. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, n. 16, 1999.

RUSSIO, W. *Um museu de indústria em São Paulo*. São Paulo, Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1980.

RUSSIO, W. *Cultura, patrimônio e preservação* (Texto III). In: ARANTES, A. A. (org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986

SANTOS, Maria Célia. *A Preservação da memória Enquanto Instrumento de Cidadania*. Cadernos de Sociomuseologia nº 3, Lisboa – ULHT, 1994.

SANTOS, Maria Célia. Moura. *Encontros museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, Myriam S.. *Museus brasileiros e política cultural*. RBCS. Vol. 19, nº 55. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092004000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em julho de 2013.

SCHEINER, Teresa. *Reflexões sobre a Nova Museologia*. 1999. In Cadernos de Sociomuseologia Nº 18 – 2002, p. 106.

SOARES, Bruno César. *Entendendo o ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia*. Revista Eletrônica Jovem Museologia. Ano 01, nº 02. 2006. Disponível em www.unirio.br/jovemmuseologia/documentos/2/resumobruno.htm. Acesso em julho de 2013.

TARDELI, Juliene. *Itaipu: como veem os pescadores? Memória e conflito nos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa*. Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo. 2012.

UNESCO, ICOM. Declaração de Caracas. Venezuela, 1992. Disponível em www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp. Acesso em junho de 2013.

UNESCO, ICOM. Declaração de Quebec. Atelier Internacional da Nova Museologia na cidade de Quebec, 1984. Disponível em www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm. Acesso em junho de 2013.

UNESCO, ICOM. Declaração de Santiago do Chile. 1972. Disponível em www.abremc.com.br/leis1.asp?id=1. Acesso em 05/06/2013.

VARINE, Hugues de. *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo*. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.

VARINE, Hugues de. *A Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972*. In: Araújo, Marcelo M. e Bruno, Maria Cristina O. (orgs.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Icom, 1995 (mimeo).

VARINE, Hugues de. *O museu comunitário é herético?* 2005. Disponível em <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=9>. Acesso em junho de 2013.

VARINE, Hugues de. Respostas de Hugues de Varine às perguntas de Mário Chagas. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, 1996. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/248/15>. Acesso em junho de 2013.




ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL


| | |
|--|--|
| IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO | |
| Nome do Candidato: LÍVIA MARTINS FERRAZ | Matrícula: 208.33.056 |
| Título do Trabalho: "O MUSEU COMO AGENTE DE SENSIBILIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SÓCIO-CULTURAL LOCAL: AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE ITAIPU – MUSEU SÓCIO AMBIENTAL DE ITAIPU | |
| Orientador: PROF. MARIO PRAGMÁCIO | |
| Categoria: Monográfica | Data da Apresentação : 12.08.2013 |

| |
|--|
| BANCA EXAMINADORA |
| 1º Membro (Presidente): Me. Mário Pragmácio |
| 2º Membro: Dr. Luiz Augusto Rodrigues |
| 3º Membro: Dra. Marina Bay Frydberg |

| |
|---|
| AVALIAÇÃO: |
| Análise / Comentário <p>A BANCA DESTACOU A RELEVÂNCIA DO TEMA E AS SUAS INTERLOCUÇÕES COM O CAMPO DA PRODUÇÃO CULTURAL. RESSALTOU-SE, A PARTIR DA PESQUISA EFETUADA, A IMPORTÂNCIA DE SE ESTUDAR E PROBLEMATIZAR A RELAÇÃO ENTRE MUSEU E TERRITÓRIO.</p> |
| Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora) 9,5 |

ASSINATURAS


1º Membro (Presidente)


2º Membro


3º Membro